

ECONOMIA

TIRE DÚVIDAS SOBRE A MP QUE PERMITE A NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS COM A UNIÃO

NA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA, MP PREVÊ DESCONTOS DE ATÉ 70% DO TOTAL DO DÉBITO PARA PESSOA FÍSICA E MICRO OU PEQUENA EMPRESA, COM PARCELAMENTO EM ATÉ CEM MESES.



Publicado em 16/10/2019 às 20:40 (Atualizado em 18/09/2024 às 05:53), postado por Guilherme Mazui e Mateus Rodrigues, Fonte: G1 e TV Globo ? Brasília

O presidente Jair Bolsonaro assinou na quarta-feira (16) uma [medida provisória com regras para incentivar acordos entre a União e seus devedores](#), a fim de quitar dívidas tributárias.

A "MP do Contribuinte Legal", como o governo a batizou, regulamentou a "transação tributária". No caso de cobrança da dívida ativa, a medida prevê descontos de até 50% sobre o total do débito, percentual que poderá chegar a 70% para pessoa física e micro ou pequena empresa.

A MP valerá como lei ao ser publicada no "Diário Oficial da União", o que está previsto para esta quinta (17). A medida terá de ser aprovada em 120 dias por deputados e senadores, sob o risco de deixar de valer.

Perguntas e respostas

O que é transação tributária?

A MP regulamenta a "transação tributária", prevista no Código Tributário Nacional. Segundo o artigo 171 do código, a lei permite que credor e devedor, no caso União e contribuinte, negociem um acordo a fim de efetivar o pagamento da dívida tributária.

Quem poderá participar da negociação?

Pessoas físicas e jurídicas poderão negociar com a União, autarquias e fundações. A negociação, com pagamento parcelado e descontos, prevê condições mais favoráveis para pessoa física e micro ou pequenas empresas.

Já é possível fechar acordos?

Ainda não. A MP assinada por Bolsonaro autoriza que os órgãos da União façam as negociações com os devedores. Segundo o governo, cada órgão precisará definir as regras e condições para buscar o acordo com os contribuintes.

Qual a intenção do governo?

O governo pretende receber ao menos parte de uma dívida trilionária? o estoque da dívida ativa é de cerca de R\$ 2,2 trilhões, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A negociação também visa reduzir o número de processos no âmbito administrativo e judicial.

Como funcionará a transação tributária?

A União poderá celebrar acordos com os devedores em duas modalidades: cobrança da dívida ativa da União e contencioso (litígio) tributário. Nesse caso, as duas partes terão de ceder para fechar o acordo.

Segundo o governo, as negociações poderão ser feitas de forma individual ou por adesão na cobrança da dívida ativa e por adesão nos casos de contencioso. O Ministério da Fazenda e a PGFN ainda definirão parâmetros para permitir as negociações.

Quanto o governo pretende arrecadar?

Segundo o Ministério da Economia, em uma estimativa "conservadora", a transação tributária poderá arrecadar cerca de R\$ 15 bilhões em três anos, menos de 1% do total devido.

R\$ 5,5 bilhões em 2020

R\$ 5 bilhões em 2021

R\$ 4,4 bilhões em 2022

O que é dívida ativa da União?

O termo "dívida ativa da União" corresponde a todas as dívidas cobradas e não pagas dos contribuintes com o governo federal.

Esses débitos podem ser tributários (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Cide, Confins, PIS-Pasep, ISS ou outro imposto federal) ou não tributários (empréstimos compulsórios, foros, laudêmios, aluguéis e custas processuais, por exemplo).

Quando a fatura é inscrita em dívida ativa, isso significa que a Fazenda Nacional não conseguiu cobrar aquela fatura pelas vias normais. Com isso, passa a incidir uma multa de 20% sobre o valor original. Se o pagamento for feito entre a inscrição e a judicialização, o contribuinte pode descontar metade dessa multa.

Qual o perfil do devedor para negociação da cobrança da dívida ativa?

O governo prioriza nesse tipo de acordo débitos com menores chances de pagamento, classificados como "C" ou "D" no rating da dívida ativa da União (o ranking vai de A a D, conforme a chance de pagar a dívida).

Os devedores não podem ter praticado atos fraudulentos ou de concorrência desleal, devem reconhecer expressamente o débito junto à União e não podem ter alienado bens ou direitos sem prévia comunicação ao fisco, quando exigido por lei.

O governo informou que os acordos poderão auxiliar na regularização das dívidas de 1,9 milhão de devedores, cujos débitos com a União superam R\$ 1,4 trilhão.

Qual o desconto máximo na negociação da dívida?

A negociação não inclui multas criminais ou decorrentes de fraudes fiscais. O desconto será de até 50% do total da dívida, percentual que poderá chegar a 70% para pessoa física e micro ou pequena empresa. Esse desconto só envolve os acréscimos da dívida (juros, multas e encargos), sem perdoar o valor original do débito.

Assim, o desconto máximo vai depender de como essa dívida é composta. Se a maior parte do débito for resultante de juros e multas, o contribuinte poderá receber um abatimento maior. Se a maior parte for o valor "original" da fatura, o desconto tende a ser menor.

No caso de uma dívida total de R\$ 1 mil, por exemplo, o desconto poderá chegar a até R\$ 700 ? desde que haja R\$ 700 pendentes de juros, multas e encargos.

Se desses R\$ 1 mil, R\$ 800 forem o valor "original", o desconto máximo ficará em R\$ 200 (os 20% adicionais). O desconto não poderá incidir sobre os R\$ 800 da dívida original.

Em quantas parcelas será possível fazer o pagamento da dívida ativa?

O parcelamento poderá ser feito em até 84 meses. Micro ou pequena empresas poderão parcelar os débitos em até cem meses. O governo prevê a possibilidade de conceder um período de carência para o início do pagamento.

O que é contencioso tributário?

O "contencioso tributário" se dá quando o contribuinte aciona o poder público para contestar uma cobrança, tributária ou não. Quando o governo lança essa cobrança, o contribuinte tem 30 dias para contestar a fatura. Ele pode fazer isso em um processo administrativo (impugnação) ou pela via judicial.

Qual o público para negociação de contencioso tributário?

As negociações contemplarão dívidas tributárias que estão em discussão no âmbito administrativo e judicial, nos casos em que as controvérsias são consideradas "relevantes e disseminadas", em razão da complexidade do sistema tributário do país.

O Ministério da Economia avalia que poderá encerrar "milhares de processos", que envolvem valor superior a R\$ 600 bilhões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Ainda há outros R\$ 40 bilhões referentes a processos judiciais, garantidos por seguro ou fiança.

Em quantas parcelas será possível fazer o pagamento do acordo de contencioso?

Editais que serão lançados pela União poderão prever descontos e prazo de até 84 meses para pagamento. Os editais definirão as teses que serão alvo da negociação de litígios administrativos e judiciais e as condições de adesão. A negociação não poderá contrariar decisão judicial definitiva e não autorizará a restituição de valores já pagos ou compensados.



AUTENTICAÇÃO

d9a49b51cea1f8201fc018a327411e0d

<https://exataiuna.com.br/noticia/2019/10/tire-duvidas-sobre-a-mp-que-permite-a-negociacao-de-dividas-com-a-uniao.html>